

**Resistência Cor-de-Rosa-Choque:  
lutas femininas no período da ditadura militar (Pernambuco, 1964–1979)**

Andréa Bandeira\*

**Resumo:** Crescem os estudos sobre o período pós-Golpe de 1964 à medida da abertura dos arquivos aos pesquisadores, mas esta literatura ainda descuida o papel feminino no sucesso ou na resistência do/ao Golpe e à ditadura instalada. Isto se deve em parte às abordagens teórico-metodológicas que recém têm valorizado as mulheres na construção e reconstrução da realidade e da História. A partir da Abordagem de Gênero, observa-se a interdependência mútua da sexualidade, da economia e da política sem subestimar a total significação de cada uma, restituindo sujeitos e sujeitas omissos das narrativas; e se observa o papel do feminino no corte histórico Pernambuco, 1964-1979, estudando as formas de resistência, paralelamente às defesas ao Estado Autoritário praticadas enquanto vigorou o Governo Militar.

**Palavras-chaves:** resistência feminina, ditadura militar, gênero.

**Abstract:** Increase the studies about the period from the 1964 coup d'état to the opening of its files for researching, but this literature still neglects the feminine function in success or in resistance of/to the Coup and installed dictatorship. It is due partly to theoretical-methodological approaches that only nowadays have been valuing the women in the construction and reconstruction of the reality and of the History. Starting from the Approach of Gender, the mutual interdependence of the sexuality is observed, of the economy and of the politics without underestimating to total significance of each one, restoring the omitted people of the narratives and the feminine's functions is observed in the historical cut Pernambuco, 1964-1979, studying the resistance forms, parallel to the defenses to the Authoritarian State, practiced in that invigorated the Military Government.

**Keywords:** feminine resistance, military dictatorship, gender.

Cresce a literatura histórica que tem como sujeito as mulheres, sua atuação nas sociedades e seus diferenciados papéis sociais. Modificam-se, com isso, as falas e discursos produzidos e reproduzidos sobre o feminino ao longo da História. Esse crescimento ainda tímido resulta do pouco espaço que as mulheres possuem nos lugares do saber, também lugares de poder, mesmo sendo numericamente um grupo relevante dentro das academias. Para isso têm contribuído, também, os modelos epistemológicos aceitos ao se forjarem as narrativas, a pesquisa, a análise e a construção da história. Esta pesquisa pretende contribuir com a visibilidade dessa sujeita mulher nos movimentos de resistência recentes da História do Brasil, inserindo o conceito de gênero na constituição da História Social, acreditando que esse viés das relações entre os sexos possibilitará uma melhor visualização das demais relações

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Professora de História na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA.

sociais, uma vez que as falas de gênero têm contribuído com a produção e a reprodução de sujeitos e lugares sociais e de poder.

Até a realização do Golpe de 1964, o Brasil foi palco de muitos movimentos rurais e urbanos que emergiram nas diversas camadas sociais, influenciados pela conjuntura ou forjados nas lutas partidárias, com destaque para os grupos liderados por militantes ou simpatizantes do Partido Comunista, nesse período colocado na clandestinidade. As décadas anteriores ao Golpe conviveram assim com uma luta marginal tecida cotidianamente nas ruas e nos campos, sendo Pernambuco liderança dessas ações. As ligas camponesas na zona rural e os clubes de mulheres nos bairros da área metropolitana do Recife refletem a atuação do povo e o seu envolvimento na luta por mudanças. Lutas diárias desenhadas em campanhas por melhores condições de vida, de trabalho e solidariedade contra a repressão institucional.

Essas lutas empreendidas pelas mulheres deixaram vestígios em documentos produzidos por elas mesmas, pelos órgãos de repressão ou de informação: a carta de solidariedade da União Feminina de Marupiáva no Estado do Ceará à Associação de Mulheres de Pernambuco, datada de Fortaleza, 15/12/1950 e assinada pela presidente Diassis Queiróz:

*“vem junto a esta entidade solidarizar-se com as valorosas combatentes em defesa da paz e que sofreram a ação mais brutal e covarde por parte da polícia [...] Portanto conclamamos as nossas amigas não esmorecer diante desta selvageria. Pelo contrário devemos nos fortalecer mais e continuar a luta em defesa da paz mundial pelo progresso e bem estar da humanidade” (Prontuário Funcional do DOPS-PE, Fundo SSP N° 28.717, doc n° 14).*

Carta essa enviada em repúdio pela ação repressiva e violenta da polícia sob o governado de Barbosa Lima Sobrinho, realizada no ato de coleta de assinaturas promovido pela AMP contra a bomba atômica. Violência que não se restringiu apenas ao impedimento do ato público, mas resultou em prisão e torturas contra as mulheres envolvidas na organização do evento, como bem expressa a carta-denúncia enviada pela Federação das Mulheres do Estado de São Paulo, datada de 09/11/1950, ao Excl Sr Ministro da Justiça Dr Bias Fortes, informando que

*“foram presas, tiveram os cabelos cortados a faca e ainda foram submetidas a atos imorais que só nos vem mostrar que as garantias de liberdade individual não existe naquele estado e que os mantenedores da ordem pública são indivíduos que deviam esta segregados da sociedade” (Sic) (Prontuário Funcional do DOPS-PE, Fundo SSP N° 28.717, doc n° 14).*

É possível refazer os passos dessas mulheres e conhecer seus nomes e atividades, bem como acompanhar suas histórias, refazendo a história da luta e da resistência feminina em Pernambuco, através da soma dos documentos produzidos. Um deles contém uma lista, feita pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, datada de 23/01/1953, com nomes

e respectivos prontuários de mulheres que participaram de reunião na sede da AMP. Entre outros: “Adalgisa Cavalcanti, prontuário nº 5306; Áurea Góes, prontuário nº 10.530; Julia Santiago, prontuário nº 1811 [...] Neuza Cardim da Silveira Barros, prontuário nº 10.153” (Prontuário Funcional do DOPS-PE, Fundo SSP Nº 28.728, doc nº 14). O documento informa, inclusive, batida nessa sede, numa clara demonstração da preocupação do Estado sobre esses movimentos e como eles mobilizavam a população.

Atos que, quando públicos, realizados pela Associação, eram noticiados pela imprensa local, como a *Folha do Povo* que, na sua edição de 10/03/56, informou a presença de Ofélia Cavalcante, editora da revista *Momento Feminino*, no ato em comemoração ao 8 de Março e que terminou com um show de música popular, com a presença do Trio Arco-Íris.

Esses movimentos e lideranças populares continuaram suas atividades até serem completamente desarticulados, com a política de repressão adotada pelo Governo do Golpe, em 1964. Sabe-se, também, que a contrapartida à violenta ditadura militar que se instalou foi a explosão de uma vigorosa cultura da resistência, que se expressou na crítica ao regime, assim como em propostas de modos alternativos e libertários de vida em sociedade. Em princípio dirigida ao regime militar, a revolução que se deu nas artes, nas letras, nos costumes, nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil, estendeu seus questionamentos à sociedade burguesa mais amplamente, ao par com várias correntes do pensamento que, naquele momento, envolviam-se com uma crítica à modernidade.

Assim, no momento em que se vivia no país uma violenta repressão política e cultural que afetava radicalmente a vida pública, cerceando a palavra e a ação, desfazendo os conhecidos espaços de sociabilidade e interação social, assistia-se à emergência de novas formas de produção cultural como resultado da ação de vários segmentos da sociedade. É nesse contexto de crise e de construção de novos modelos de subjetividade que re-surgiram, nos anos 1970, movimentos de mulheres, provenientes das camadas médias, intelectualizadas, buscando novas formas de expressão da sua individualidade.

Na luta contra a ditadura militar, essas mulheres afrontaram o autoritarismo masculino dentro das organizações de esquerda, o que muitas vezes impediu sua participação em condições de igualdade nos grupos que se formaram. Essas mulheres demonstraram atitudes de recusa radical dos padrões sexuais e do modelo de feminilidade construídos na história da mulher brasileira, modelo este que a colocou sempre como auxiliar do crescimento masculino. Questionaram enfaticamente as relações de poder entre os gêneros que se estabeleciam no interior dos grupos políticos de esquerda, tentando, a partir de um referencial

marxista de relação entre os sexos, impedir que a dominação machista fosse diluída ou subsumida pelo discurso tradicional da revolução.

No que diz respeito à discussão sobre o Golpe em si, vários autores se destacam, como M. C. de Andrade, em *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?*, 1989; D. A. Reis, em *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade no Brasil*, 2000; autores que tiveram a preocupação de apresentar a fala dos vencidos, daqueles que não desfilam na história oficial, abrindo caminhos para outros estudos. E ainda, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, de M. H. Moreira Alves, 2005; *Autoritarismo e Democratização no Brasil*, 1982, de F. H. Cardoso; *A Ditadura em Questão*, 1982, de Florestan Fernandes; *1964: a conquista do Estado*, 1981, de R. A. Dreifuss; *Brasil: tempos modernos*, 1977, de C. Furtado; *Combate nas Trevas*, 1987, de J. Gorender; *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*, 1977, de Carlos E. Martins; *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*, 1976, de Eliézer Rizzo de Oliveira; *Golpe ou Contra-golpe*, 1978, de Hélio Silva. Essas obras, entre outras, discutem os vários aspectos dos governos militares e a participação de outros segmentos no golpe. Dentre os temas analisados, destacam-se, por exemplo, o preparo do golpe; o autoritarismo do sistema, que teve expressão maior nos AI's; sua política econômica – o “milagre brasileiro” –; as formas de reação ao sistema.

Mais recentemente, a historiografia nacional, no entanto, vem-se enriquecendo com obras que mostram a atuação feminina, suas lutas e seu cotidiano de resistência. As ações diretas ou indiretas das militantes, simpatizantes ou apenas defensoras de seus parentes apresentam-se como definitivas nesta oposição: os painelaços, as listas de assinatura, as falas contra as políticas econômicas. A história recente, porém, negou a participação das mulheres no sucesso da ofensiva dos grupos que fizeram o Golpe de 1964. Esquecem-se as falas e passeatas das mulheres nas ruas em favor da “família e do Estado”.

No que tange à pesquisa do assunto que nos interessa diretamente, temos o livro de Luiz M. Carvalho, *Mulheres que foram à luta Armada*, 1998, que mostra ao leitor o cotidiano das mulheres que se envolveram de diversas formas na resistência ao regime militar, nas muitas ações armadas ocorridas no território brasileiro, mais detidamente na região Sudeste do país, como mães, como operárias, como líderes, integrando organizações revolucionárias. Contudo, o autor não se desliga da necessidade de apresentar os personagens masculinos como os de maior expressão. Assim, sem levar em consideração uma análise de gênero, favorece a manutenção das dicotomias comuns aos relatos históricos.

Já Ana Maria Colling, em *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*, 1997, escreve uma das primeiras obras onde é desmitificado o papel secundário da mulher nos

movimentos armados contra a ditadura no Brasil. Ela enfatiza, ao longo da sua análise, que “os discursos constroem um sujeito com determinada identidade de gênero”, neles se estabelecendo “relações de poder”, o que segundo ela, contribuirá para a desigualdade social entre os sexos. Para a autora, à medida que “assumir esta questão [a luta política] implica sair dos bastidores e tomar um lugar que historicamente não é seu: o lugar onde está instalado o poder”. Apesar de sua clareza e observância das estruturas subjetivas que se impuseram nas relações objetivas da sociedade, a autora, ao privilegiar o espaço da sua vivência, o Sudeste do país, deixa espaço para que outras pesquisas se realizem. A tese de Olívia R. Joffily, *Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*, apresentada na PUC-SP, 2005, constrói uma outra versão desse período de nossa história. Ao refazer a trajetória de um grupo de militantes no sudeste do Brasil, a autora visibiliza e possibilita a fala destas mulheres, intentando um olhar da nossa sociedade com tudo o que ela contém, ou seja, “diferentes culturas etnoraciais, distintos gêneros e classes sociais”.

Desses três trabalhos, os últimos tiveram como campo de pesquisa, o Sudeste. Daí, entendermos o interesse do nosso projeto, que pretende descortinar a participação das mulheres nos movimentos de resistência em Pernambuco, estado que, no período anterior ao Golpe, possuía visibilidade no cenário nacional, tornando, assim e ainda, imprescindível e urgente esta pesquisa. Isto porque, ao analisarmos o período de autoritarismo militar (1964-1979), vemos que as restrições à liberdade de manifestação de pensamento foram a sua característica marcante, a qual se expressava no exercício sistemático da censura dos meios de comunicação, à produção cultural e científica, além do cerceamento de outras liberdades. Neste clima desfavorável ao pensamento crítico, sobretudo no que dizia respeito à interpretação da realidade política, econômica e social do país, surgiram grupos de uma oposição coesa, que se manifestaram das mais variadas formas no dia-a-dia da sociedade. Seus componentes pertenciam a setores intelectuais da Igreja e da sociedade civil. Também estavam presentes as mulheres que, nas suas várias instâncias de ação, desempenharam papéis, muitas vezes, sem visibilidade na história nacional.

Objetiva, assim, esta pesquisa, observar como as mulheres, em um contexto de crise, de repressão e de construção de novos modelos de subjetividade, atuaram direta e indiretamente nos movimentos de resistência, mas nem sempre o fizeram estabelecendo uma nova relação de gênero ou se afirmando no lugar do público, lugar da liberdade e da igualdade civil. Antes, em muitas ações de resistência ao regime de ditadura militar, essas mulheres reafirmaram o seu lugar no privado, que defendiam com ações aparentemente revolucionárias, para a ele retornarem. E para alcançar tal objetivo, reconstruiremos o contexto histórico

pernambucano no período da instauração do governo militar brasileiro, observando a imagem produzida e reproduzida do papel social e de gênero das mulheres na sociedade da época; analisaremos as conseqüências da instauração do estado de repressão política iniciado com a edição do AI nº 5; observaremos os diversos movimentos de resistência à política do governo militar: como as mulheres se inseriram e participaram desses movimentos em Pernambuco e que formas de resistência alternativas elas criaram, tais como, as que foram organizadoras de grupos, as que faziam trabalhos de bairros, no Recife; as que participavam de movimentos da Igreja Progressista, as que militaram em organizações de esquerda e o seu papel dentro dessas organizações; veremos como essas mulheres contornaram ou enfrentaram, se o fizeram, o poder masculino dentro e fora dos grupos políticos, sindicatos e partidos de esquerda; analisaremos qual o discurso produzido sobre as ações dessas mulheres no texto jornalístico; veremos se essa nova imagem desvirtuou ou reafirmou o padrão estabelecido pela sociedade da época; perceberemos como essa nova imagem permitiu ou favoreceu as fugas, se aconteceu, à norma vigente, ou seja, como essa nova imagem de mulheres se produziu e se reproduziu, expressa na música, na poesia, e observaremos, ainda, as que concordaram e apoiaram o regime instalado.

Perceber a subjetividade, inerente à escrita da história, é o primeiro passo para a crítica que se abre no fazer histórico. Nisso, percebemos como de fundamental importância, neste *métier*, a desconstrução da imagem, que se vem reproduzindo, das mulheres como partícipes do mundo do privado e, como tal, não produtivas, o que incorre na percepção de que a linha que divide o público do privado é tênue. Daí, a análise das fontes e a construção da narrativa no nosso projeto serão norteados pela História Social, transversada pela abordagem de Gênero, uma vez que esta abre alternativas epistemológicas e metodológicas para que trabalhemos o tema proposto, seu contexto histórico e a necessária relação entre os vários sujeitos presentes, de uma forma dialética (SCOTT, 1991; BANDEIRA, 2003). Com as obras relacionadas ao tema, reconstituiremos o contexto histórico do período abordado, reconstruindo o processo do Golpe Militar e revelando o cotidiano das lutas, ou seja, uma revisão bibliográfica que nos permitirá verificar o estado da pesquisa. Obrigatoriamente, teremos que avançar na História Social, uma vez que nela se integra o conceito de Gênero, como mais um pilar de abrangência do *homo social*, possibilitando, ainda, uma leitura das desigualdades sociais e de sexo culturalmente mantidas e, ainda, uma análise precisa e adequada às perspectivas políticas, sociais, econômicas e culturais, senão éticas.

Nos prontuários que estão nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão que teve suas atribuições ampliadas durante o regime militar, para

exercer a “vigilância para manutenção da ordem pública”, vamos encontrar os dados das ações desses movimentos, bem como relatórios referentes às organizações de esquerda, no sentido de reconstituirmos a participação das mulheres. Na análise do conteúdo característico dos arquivos particulares, nas entrevistas, investigaremos o cotidiano dessas mulheres, numa preocupação de refazer a memória da militância, numa tentativa de analisar o lugar social e o papel de gênero em que se inseriam. Os jornais e revistas da época nos permitirão verificar as formas do discurso dos diversos setores sociais a respeito das suas ações. Procuraremos enxergar, ainda, se a narrativa dessas ações traduziam a noção que a sociedade tinha do papel social e de gênero, bem como se houve reação à quebra desses papéis estabelecidos.

A mediação do conceito de Gênero será importante ainda numa releitura das obras escritas no/sobre o período, na medida em que ampliará o conhecimento existente, permitindo uma reflexão sobre a importância de se perceber a complexidade das relações existentes entre homens e mulheres, complexidade esta que se expressa nas práticas cotidianas, na elaboração do discurso, bem como no processo de socialização e na construção da identidade social. A percepção da “diferença”, como desigualdade, criando relações de poder entre os gêneros, ajuda a destruir os conceitos que normalizam e institucionalizam o sujeito histórico, pretendendo-o único, considerando o contexto sócio-político-econômico e cultural do objeto observado (YANNOULAS, 1994). Com isso, perde-se o valor estigmatizado do sujeito universal, percebendo-se cada indivíduo, sujeito ou grupo histórico, como uma construção social ímpar, e que povoa o microcosmo, num determinado espaço de tempo da História. Assim construída, integrando os vários sujeitos, longe de esmigalhar-se, preserva-os de uma segunda morte, pelo esquecimento, diluindo os conceitos que os classificam dicotomicamente em positivo/negativo, centrado/marginalizado.

A História Social, através da abordagem de Gênero, apesar de não constituir na sua totalidade uma renovação temática e metodológica, possibilita a recuperação de experiências de outros setores, “outras histórias” (MATOS, 1997), favorecendo a inclusão das mulheres como sujeito e objeto histórico, suprimindo estereótipos que têm contribuído para aprofundar a exclusão destas do mundo do público (DIAS, 1992); fornece, ainda, o modelo mediato para compreender e explicar as origens das relações de produção, que estão na base das desigualdades materiais, sociais e de poder, daí, se complementarem.

Fontes já pesquisadas nos fornecerão informações novas, tendo em vista que serão analisadas no intuito de fazer surgir a atuação histórica das mulheres.

Esta pesquisa tem, portanto, o propósito de colocar em prática uma abordagem que, associada à História Social, favoreça na memória pernambucana o aparecimento desse

segmento e suas diversas formas de resistência, tantas vezes marginalizados e subsumidos. A partir da utilização do conceito de Gênero, pretendemos discutir que a economia política do sexo faz parte de sistemas sociais totais, costurados em arranjos econômicos e políticos, numa interdependência que não subestima a total significação de cada elemento subjetivo e/ou objetivo que integra o complexo social, bem como de cada indivíduo na sociedade humana.

### Referências Bibliográficas:

- BANDEIRA, Andréa. *As Beatas de Ibiapina: do mito à narrativa histórica. Uma análise histórica usando a Abordagem de Gênero sobre o papel feminino nas Casas de Caridade do Padre Ibiapina (1860-1883)*. Mestrado em História. Recife: UFPE, 2003.
- CARVALHO, Luiz M. *Mulheres que Foram à Luta Armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- COSTA, Albertina O.; BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.
- COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1997.
- FERREIRA, Luzilá G. *Presença Feminina*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2002.
- GUIMARÃES, Maria de Fátima. “Feminismo e Ciências Sociais”. In: *Revista Symposium*, ano 4, n. especial, Recife: UNICAP, dez/2000, pp 47-55.
- JOFFILY, Olívia R. *Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. Tese de História. São Paulo: PUC, 2005.
- MATOS, Maria I S; SOLER Maria A. *Gênero em Debate: Trajetória e Perspectivas na Historiografia Contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.
- MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- PINTO, Céli J. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: F. Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, Margareth. *Entre a História e a Liberdade: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: UNESP, 2001.
- RUBIN, Gaule. “O Tráfico de Mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”. Recife: SOS Corpo, 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. “Feminismos e seus Frutos no Brasil”. In: SADER, Emir de M. *Movimentos Sociais na Transição Democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.
- SCOTT, J. “Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica”. Recife: SOS Corpo, 1991.
- YANNOULAS, Sílvia C. “Iguais mas não Idênticos”. *Estudos Feministas*, vol. 2, N. 3. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1994, pp 7-16.